

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 02/04/2014 - Edição 1019

# CNTV participa de manifestação Internacional contra os abusos da Prosegur aos empregados colombianos



Presidente da CNTV, Jose Boaventura, leva apoio dos vigilantes brasileiros aos companheiros da Colômbia.

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) participou de mais uma atividade na quarta-feira (26) para confrontar os absurdos praticados pela multinacional Prosegur. Desta vez, o ato foi realizado na Colômbia, e contou com a participação de mais de 100 trabalhadores e sindicalistas da segurança privada e limpeza dos Estados Unidos, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru, Costa Rica e Colômbia, além do Brasil, representado pelo presidente

da CNTV, José Boaventura. Os trabalhadores se reuniram em frente à sede da empresa em Bogotá.

A empresa espanhola e sua direção na Colômbia estão sendo acusadas de desrespeitar os direitos dos trabalhadores e de seus empregados colombianos e cometer infrações penais no país. Em 2013, a Uni Global Union denunciou a Prosegur à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) por descumprir os requerimentos da OCDE para

empresas multinacionais.

“Nossa presença se traduziu no apoio ao Sintravalores, sindicato da Prosegur Colômbia. A direção desta entidade tem sido vítima de perseguição e a presença de todos os sindicatos das américas serviu para dar o recado claro de que não adianta atacar um sindicato, pois todos responderemos de forma conjunta”, declarou Boaventura.

Em 2010, a Prosegur foi acusada de pagar um bônus de US \$ 4 milhões de pesos colombianos para os trabalhadores não sindicalizados assinarem um “acordo coletivo”, excluindo os seus empregados sindicalizados. Em 2014, a Prosegur renovou o acordo coletivo e é acusada de pagar outro bônus de US \$ 2 milhões.

A convenção coletiva é uma forma de contrato de trabalho coletivo na Colômbia para os trabalhadores que não pertencem a um sindicato. Desde 2011 é crime oferecer ao acordo coletivo negociado valores superiores ao acordo coletivo sindical. De acordo com o artigo 200 do Código

Penal colombiano, gestores de empresas que têm acordos coletivos como este podem pegar de um a dois anos de prisão. Atualmente existem duas queixas-crime contra gestores da Prosegur Colômbia relacionados a este problema.

Além disso, as práticas antissindicais da Prosegur persistem e fazem vítimas em todos os lugares em que a empresa atua. Na Colômbia, por exemplo, o presidente do Sintravalores e funcionário da Prosegur, Fidel Alfonso, foi liberado para participar dos dois dias da Conferência Regional de

Serviços, promovida pela Uni. Após participar do evento no primeiro dia e da manifestação na porta da multinacional, Fidel foi informado de que sua liberação havia sido suspensa e que deveria se apresentar para o trabalho no dia seguinte. “Isso mostra como a empresa lança mão de práticas abusivas para conseguir tudo o que quer”, criticou Boaventura.

“É hora de a Prosegur demonstrar liderança na área de segurança privada e começar a tratar seus funcionários com dignidade. Os trabalhadores e os sindicatos que compareceram a este ato não

desistirão da luta”, afirmou Christy Hoffman, vice-secretária geral da Uni.

“Estamos aqui para dizer à Prosegur que vamos continuar lutando pelos direitos dos trabalhadores e sindicais dos trabalhadores colombianos. Acreditamos no diálogo social, mas mesmo que não nos escutem, continuaremos lutando”, completou Adriana Rosenzvaig, secretária regional da Uni nas Américas.

Fonte: CNTV com Uni Global Union

# CNTV participa do Encontro Nacional do Macrossetor da CUT nesta quinta e sexta, em São Paulo



A Confederação Nacional dos Vigilantes, representada pelo presidente, José Boaventura, e pelos diretores Jervalino Bispo, Geraldo Cruz, Elenilde Lopes, Roberto Miguel, José Cícero Ferreira, Paulo Quadros, Moisés Alves, Sebastiana Santana, Djalma Queiroz, participará nesta quinta e sexta-feira (3 e 4) do Encontro Nacional do Macrossetor Comércio, Serviços e Logística da CUT. O evento será realizado no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), na Avenida Celso Garcia, nº 3177, Tatuapé, São Paulo.

Também participarão, além dos membros da Executiva Nacional da CUT, 10 dirigentes sindicais dos

outros ramos da CUT que compõem o Macrossetor Comércio, Serviços e Logística, conforme definido em reunião preparatória.

“Este é um debate importante do setor de serviços discutindo os assuntos comuns às diferentes categorias que o compõem. Para nós, terceirizados, a lei anti-calote é um ponto que deve ser discutido. Já é conquista em dois Estados e queremos ampliar para todo o Brasil e para todos os trabalhadores terceirizados. Já temos também uma ação conjunta com os bancários e a ideia é avançarmos ainda mais neste trabalho envolvendo outras categorias do macrossetor”, destacou Boaventura.

## PROGRAMAÇÃO

### QUINTA - 3 DE ABRIL

9h - Abertura Política  
10h - Conjuntura Política e Econômica  
12h30 às 14h - Almoço  
14h - Macrossetor: Os elos que nos unem  
16h - Intervalo  
16h20 - Os desafios das negociações coletivas  
18h - Encerramento do dia

### SEXTA - 4 DE ABRIL

9h - Novas formas de organização do trabalho e Emprego Decente: impactos das novas tecnologias, terceirização, novos modelos de gestão e contratos de trabalho.  
11h30 - Saúde e Condições de Trabalho  
13h - Almoço  
14h30 - A Prestação de Serviços e o Direito à cidadania  
16h - Intervalo  
16h15 - Agenda da Classe Trabalhadora e a Disputa de Hegemonia  
17h30 - Encaminhamentos e Encerramento

Fonte: CNTV com informações da CUT

# Aberto prazo para envio de sugestões para alteração da portaria 3233. Fique atento!



Com o objetivo de aperfeiçoar a legislação, a Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP), abriu prazo para que sejam apresentadas sugestões para a alteração e atualização da Portaria DPF nº 3233/2012. Mantendo sua postura democrática e de respeito à base, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) receberá as sugestões até o dia 30 de

abril e encaminhará à CGCSP. É necessário que sejam encaminhadas à CNTV porque a Comissão receberá apenas sugestões daqueles que compoem a mesa da CCASP.

A portaria disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.

As propostas das DELESPs e CVs deverão ser encaminhadas obrigatoriamente pelo Chefe de Delegacia ou pelo Presidente da CV, e as sugestões dos segmentos laborais e patronais devem ser encaminhadas pelos membros que tenham acesso junto à Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP).

Fonte: CNTV

## Artigo do jornalista preso e exilado Flávio Tavares: O legado perverso



O golpe de Estado me acompanha até hoje, 50 anos depois, como ferida e como espanto. Já bem antes daquele 1º de abril de 1964, escrevi sobre seus passos, tentando penetrar na conspiração que se fazia quase à luz do dia. Eu era o comentarista político, em Brasília, da

Última Hora, a única publicação da grande imprensa que não pedia a derrubada do presidente da República.

Mesmo editado em cinco capitais (Rio, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife) era um jornal solitário e isto nos obrigava a ser observadores atentos e pluralistas. O Congresso ainda tinha prestígio e poder, era o núcleo da política, e lá convivi com golpistas e anti-golpistas.

Também as Forças Armadas tinham prestígio, num tempo em que se debatiam as “reformas de base” que, a partir da reforma agrária, construiriam o futuro. Ou que significavam um inferno que faria do Brasil “uma nova China comunista”, como o embaixador dos Estados Unidos sussurrava aos ouvidos de políticos e militares.

Desde a posse de João Goulart, em 1961, a extrema direita pregava o golpe que o IPES (organizado pelo coronel Golbery Couto de Silva em plena paranoia anticomunista da Guerra Fria) difundia como “salvação nacional”. Por isto, quando o general Mourão Filho rebelou-se em Minas, não me espantei. Desde os anos



1950, meia dúzia de rebeliões tinham sido dominadas pelos mecanismos da democracia. Espantei-me, porém, e me desnorteei como jornalista político ao presenciar o ardil com que o senador Auro Moura Andrade transformou o Congresso em cúmplice do golpe militar.

Na madrugada de 2 de abril de 1964, numa sessão de apenas três minutos, o presidente do Congresso - sem debate ou votação - declarou “vaga” a presidência da República, após ler um ofício em que João Goulart comunicava que viajava a Porto Alegre, com os ministros, para lá instalar o governo. Encerrou a sessão, desligou os microfones e, entre gritos de protestos e de vitória, saiu para dar posse ao novo “presidente provisório” no Palácio do Planalto.

A cilada fora perfeita, mas fora uma cilada. A missão do Congresso não era dar guarida ao golpe, mas à Constituição. A minha geração, formada na crença da liberdade, do pluralismo e debate, sentia-se esbofetada, como escrevi em meu livro “Memórias do Esquecimento”, ao narrar o horror dos porões da ditadura que se estabeleceu depois, numa bofetada ainda mais dolorida.

Dias depois, a imposição do Ato Institucional começou a “legalizar” a ditadura, com cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos ou expulsões das Forças Armadas. E aí o golpe mudou nossas vidas. Ao punir, o Ato Institucional oficializou o medo e destruiu os valores morais na política. Surgiram os “vira-casacas”, fiéis ao novo poder e mais realistas que o rei!

Lembro-me do deputado Oliveira Brito, do PSD da Bahia, que fora ministro de Minas e Energia de João Goulart, discursando em apoio ao golpe, para assegurar a condição de eterno pedinte no gabinete presidencial. Multiplicaram-se os aduladores. Brotaram alcaguetes e delatores por todos os lados. E o Congresso (castrado com as cassações de mandatos) “legalizou” o marechal Castello Branco como presidente da República. Em voz alta, os parlamentares gritaram o voto, à vista dos que cassavam e prendiam.

Ninguém ousava falar em ditadura, e meu espanto cresceu. Dois meses após o golpe, fiz 30 anos e me senti um velho, despedaçado por viver num país em que tudo passava a ser vigiado, controlado, reprimido. A Universidade de Brasília, criada para ser modelo de pesquisa na ciência e inovação nas artes, foi invadida - a biblioteca destruída, alunos e professores presos ou expulsos.

A intolerância e a desconfiança substituíram o livre debate. Nas universidades, o novo regime exercitou velhas práticas medievais de perseguição. A fúria varreu até o Instituto Osvaldo Cruz, no Rio, dedicado apenas à pesquisa médica, demitindo “cientistas comunistas”.

A quartelada adotou o nome de “Revolução” e a

imprensa cúmplice a chamou assim. Em minha coluna na Última Hora, usei a expressão “Movimento de 1º de Abril” (e não “Revolução de 31 de Março”) e o gabinete do ministro da Guerra me chamou a atenção. No calendário popular, 1º de Abril era o “dia dos tolos”, data de mentiras e trotes e “aquilo era ofensivo”.

A grande simulação se estabelecia pouco a pouco: tínhamos uma ditadura com Parlamento em que se discutia o corriqueiro, nunca temas de fundo, como os direitos e as liberdades públicas. Só agora, ao ter em mãos os documentos de Washington sobre o apoio dos EUA à conspiração e ao golpe de 1964, fui entender a mútua sedução de cinismo político entre os quartéis e o Congresso. Um precisava do outro para sobreviver, sem que a opinião pública norte-americana percebesse que seu governo apoiara e financiara a instituição de uma ditadura. A simulação tomou conta do país. O “Pra frente, Brasil” da propaganda oficial escondia os porões em que a tortura se tornou um método de interrogatório, em que se consentia até o assassinato.

O medo fez o Brasil se calar. O “puxa-saquismo” instalou-se como norma de conduta social. Só os áulicos tinham vez. Mais do que a repressão e a tortura, O legado perverso do golpe de 1964 foi ter mudado o comportamento social, fazendo do oportunismo um estilo de vida. Por acaso, não é o que perdura até hoje na política?

\*Flávio Tavares foi preso político, viveu no exílio mais de 10 anos e é autor de “1964-O Golpe”. Tavares esteve no grupo de militantes presos que foram soltos e enviados para o México em troca da libertação do então embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Seu texto faz parte de uma série de artigos que o site de CartaCapital publica sobre os 50 anos do golpe civil-militar de 1964.

Fonte: Carta Capital



História do grupo enviado para o exílio em troca da libertação do embaixador americano virou tema do documentário “Hércules 56”, de Silvio Da-Rin

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF